



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com.

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental

Atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis da gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco. A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe underwriting especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e aos regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

- I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 12,36%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro de 2020
Patrimônio de referência nível I	1.390.889,32
Capital principal	1.390.889,32
Patrimônio líquido	1.394.869,76
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	-
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(3.980,43)
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência de Nível II	-
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Dívida subordinada (3)	-
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência (a)	1.390.889,32
Risco de crédito <i>RWACpad</i>	10.296.177,50
Risco de mercado	-
Risco operacional <i>RWAOpad</i>	955.673,11
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	11.251.850,61
Patrimônio de referência exigido (RWA)	11.251.850,61
- Índice de Basileia	12,36%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	12,36%
Capital nível I	12,36%
Capital principal	12,36%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	10,95%
Margem (PR - PRE - RBAN)	490.741,28
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	140.648,13
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	490.741,28
Adicional de Conservação de Capital Principal	140.648,13
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	-
Adicional de Sistêmico de Capital Principal	-
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	350.093,14
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	350.093,14

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de Funding: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de Funding do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.860/20, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 54,79% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 27,08% ao segmento de construção e 11,17% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 6,96% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 57,04% do total de financiamentos da carteira. O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 159.783.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e off book era de R\$ 371.409 milhões representando 3,31% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
CIRCULANTE		5.672.933	5.133.859	CIRCULANTE		4.299.629	3.110.941
Caixa e equivalentes de caixa	4	858.127	285.434	Depósitos e demais instrumentos financeiros		4.295.289	3.068.233
Disponibilidades		227	3.912	Depósitos interfinanceiros	9	-	971.493
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	857.900	281.522	Depósitos a prazo	9	1.454.569	60.151
Instrumentos financeiros		4.987.329	5.021.961	Obrigações por emissão de letras imobiliárias	10	14.833	293.178
Operações de crédito	6.a	3.344.922	4.853.389	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	145.581	91.120
Títulos de créditos a receber	6.b	1.593.140	116.521	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	843.038	19.758
Outros ativos financeiros	7.a	49.267	52.051	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	11	1.754.035	1.592.260
Operações de arrendamento mercantil		2.008	2.176	Instrumentos financeiros derivativos	21	22.781	13.672
Operações de arrendamento mercantil		2.008	2.176	Parcelas recebidas e não baixadas		35.604	3.106
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.e	(174.737)	(176.374)	Outros passivos financeiros	7.a	24.848	23.495
Provisão para perdas em operações de crédito		(147.779)	(173.785)	Obrigações fiscais	7.b	4.339	42.708
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(10)	(78)	Impostos e contribuições a recolher		4.339	42.708
Provisão outros ativos		(26.948)	(2.511)	NÃO CIRCULANTE		6.352.934	6.118.750
Outros ativos		206	662	Depósitos e demais instrumentos financeiros		6.310.045	6.072.661
Despesas antecipadas		206	662	Depósitos a prazo	9	1.306.548	595.264
NÃO CIRCULANTE		6.374.500	5.345.667	Obrigações por emissão de letras imobiliárias	10	-	26.664
Instrumentos financeiros		6.278.841	5.137.992	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	-	1.258
Operações de crédito	6	6.258.268	5.129.831	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	47.800	861.757
Títulos de créditos a receber	6.b	8.016	16	Obrigações por repasses - instituições oficiais	11	4.687.009	4.350.362
Outros ativos financeiros	7.a	12.557	8.145	Instrumentos financeiros derivativos	21	73.517	30.393
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.e	(196.672)	(141.196)	Outros passivos financeiros	7.a	1.355	1.355
Provisão para perdas em operações de crédito		(196.592)	(141.196)	Resultados de exercícios futuros	12	193.816	205.608
Provisão outros ativos		(80)	-	Provisões	20	38.387	38.520
Créditos tributários	13.b & c	253.436	319.506	Contingências		38.387	38.520
Crédito tributário		253.436	319.506	Obrigações fiscais diferidas	7.b	4.502	7.569
Outros ativos		37.004	25.711	Obrigações fiscais diferidas		4.502	7.569
Outros valores e bens		37.004	25.711	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.394.870	1.249.835
Imobilizado de uso		12.823	13.652	Capital social		972.549	940.451
Outras imobilizações de uso		12.823	13.652	Reserva de capital		113.908	113.908
Intangível	8	6.162	6.319	Reserva de lucros		332.906	210.884
Ativos intangíveis		6.162	6.319	Outros resultados abrangentes	21.b	(24.493)	(15.408)
Depreciações e amortizações		(10.809)	(10.127)	Total		12.047.433	10.479.526
Depreciações e amortizações		(10.809)	(10.127)				
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(6.285)	(6.190)				
Provisão para desvalorizações		(6.285)	(6.190)				
Total		12.047.433	10.479.526				


BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2020	Exercício de 2020	Exercício de 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		492.767	971.295	933.808
Operações de crédito	6.a	505.448	983.365	897.581
Operações de arrendamento mercantil	6.a	2.172	6.446	15.478
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.243	20.267	23.482
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(32.920)	(50.602)	(13.959)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.a	6.824	11.819	11.226
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(280.082)	(590.227)	(621.021)
Captações no mercado	9	(48.150)	(105.216)	(111.055)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(175.872)	(336.044)	(294.818)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(2.092)	(6.171)	(14.131)
Provisão para perdas com créditos		(53.968)	(142.796)	(201.017)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		212.685	381.068	312.787
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(68.356)	(123.083)	(121.300)
Receitas de prestação de serviços		4.806	8.525	5.536
Despesas de pessoal		(23.601)	(44.135)	(45.366)
Outras despesas administrativas	15	(40.774)	(71.620)	(72.888)
Despesas tributárias		(11.792)	(23.290)	(22.901)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	25	8.391
Outras receitas operacionais	16	5.327	11.704	13.444
Outras despesas operacionais	17	(2.322)	(4.292)	(7.516)
RESULTADO OPERACIONAL		144.329	257.985	191.487
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		563	769	(1.370)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		144.892	258.754	190.117
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(49.567)	(94.724)	(9.389)
Imposto de renda corrente		23.272	(14.549)	(43.995)
Contribuição social corrente		18.064	(9.654)	(27.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(90.903)	(70.521)	61.981
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.708)	(4.246)	(5.510)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		93.617	159.784	175.218
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		0,10	0,16	0,19

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2020	Exercício de 2020	Exercício de 2019
1 - RECEITAS	449.664	849.947	754.465
Intermediação financeira	492.767	971.295	933.808
Prestação de serviços	4.806	8.525	5.536
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.968)	(142.796)	(201.017)
Outras receitas operacionais	5.327	11.704	13.444
Outras receitas não operacionais	732	1.219	2.694
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(226.114)	(447.431)	(420.004)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(41.964)	(73.803)	(81.886)
Materiais, energia e outros	(1.889)	(4.082)	(3.903)
Serviços de terceiros	(1.399)	(2.909)	(6.861)
Outras despesas administrativas	(36.185)	(62.070)	(59.542)
Outras despesas operacionais	(2.322)	(4.292)	(7.516)
Outras despesas não operacionais	(169)	(450)	(4.064)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	181.586	328.713	252.575
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.086)	(2.079)	(2.027)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	180.500	326.634	250.548
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	25	8.391
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	180.500	326.659	258.939
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	21.784	41.261	43.392
Remuneração direta	17.225	33.224	35.056
Benefícios	3.559	5.637	5.217
F.G.T.S.	1.000	2.400	3.119
Impostos, taxas e contribuições	64.884	125.134	39.774
Federais	64.630	124.518	39.182
Estaduais	1	149	112
Municipais	253	467	480
Remuneração de capitais de terceiros	215	480	555
Aluguéis	215	480	555
Remuneração de capitais próprios	93.617	159.784	175.218
Juros sobre o capital próprio	37.762	37.762	79.209
Lucros retidos	55.855	122.022	96.009
Total	180.500	326.659	258.939

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2020	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Lucro líquido		93.617	159.784	175.218
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	21.b	6.352	(9.085)	(9.402)
Ajustes de avaliação patrimonial		6.352	(9.085)	(9.402)
Variação de valor justo		11.549	(16.603)	(17.921)
Efeito fiscal		(5.197)	7.518	8.519
Total do resultado abrangente		99.969	150.699	165.816

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2020	Exercício de 2020	Exercício de 2019	2º semestre de 2020	Exercício de 2020	Exercício de 2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido	93.617	159.784	175.218			
Ajustes ao lucro líquido	127.279	207.542	152.771			
Depreciações e amortizações	1.086	2.079	2.027			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	53.968	142.796	201.017			
Provisão para desvalorização - bens não de uso	62	615	3.354			
Provisão para contingências	2.017	3.323	4.858			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.903	70.521	(61.982)			
Aumento em resultados de exercícios futuros	(20.757)	(11.792)	(3.497)			
Variação em ativos e passivos:	(208.832)	222.767	(179.449)			
Redução em instrumentos financeiros derivativos (I.F.D.)	14.613	52.233	30.409			
Redução em operações de crédito e de arrendamento	189.304	266.723	(1.564.096)			
Redução em outros créditos	(1.487.832)	(1.466.149)	152.180			
Redução / (aumento) em outros valores e bens	147	(64)	1.104			
Redução / (aumento) em depósitos	500.723	1.134.211	582.832			
Redução em obrigações por empréstimo e repasses	904.869	498.422	203.528			
Redução em outras obrigações	(32.145)	29.834	55.394			
Impostos pagos	(24.043)	(40.876)	(47.003)			
Redução em captação no mercado aberto	(280.820)	(242.483)	415.605			
Redução em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	6.352	(9.085)	(9.402)			
Caixa líquido originado em atividades operacionais	12.065	590.093	148.540			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	190	329	(1.409)			
Alienação de bens não de uso próprio	(8.116)	(11.293)	1.090			
Alienação de investimentos	2	(29)	12.269			
Baixa / aplicação no ativo intangível	(559)	(742)	(2.004)			
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(8.483)	(11.735)	9.946			
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO						
Aumento de capital	32.098	32.098	-			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(37.762)	(37.762)	(234.209)			
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(5.664)	(5.664)	(234.209)			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.083)	572.693	(75.723)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	860.210	285.434	361.157			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	858.127	858.127	285.434			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.083)	572.693	(75.723)			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	-	(6.006)	1.318.228
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(9.402)	(9.402)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	175.218	-	175.218
Dividendos pagos		-	-	(155.000)	-	-	(155.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.761	(8.761)	-	-
Reserva outras		-	-	166.457	(166.457)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(79.209)	-	-	(79.209)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		940.451	113.908	210.884	-	(15.408)	1.249.835
Mutações do exercício		-	-	(58.991)	-	(9.402)	(68.393)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		940.451	113.908	210.884	-	(15.408)	1.249.835
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(9.085)	(9.085)
Aumento de capital		32.098	-	-	-	-	32.098
Lucro líquido do exercício		-	-	-	159.784	-	159.784
Destinações:							
Reserva legal		-	-	7.989	(7.989)	-	-
Reserva outras		-	-	151.795	(151.795)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(37.762)	-	-	(37.762)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		972.549	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Mutações do exercício		32.098	-	122.022	-	(9.085)	145.035
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		940.451	113.908	277.051	-	(30.845)	1.300.565
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	6.352	6.352
Aumento de capital		32.098	-	-	-	-	32.098
Lucro líquido do semestre		-	-	-	93.617	-	93.617
Destinações:							
Reserva legal		-	-	4.681	(4.681)	-	-
Reserva outras		-	-	88.936	(88.936)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(37.762)	-	-	(37.762)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		972.549	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Mutações do semestre		32.098	-	55.855	-	6.352	94.305



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") está constituído sob a forma de banco múltiplo, sendo parte do Grupo CNH Industrial ("Grupo"), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do Grupo e de acordo com suas políticas de crédito. O Banco está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, na Cidade Industrial de Curitiba, onde é também o local de seus principais negócios. O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular BACEN nº 3.959/19, posteriormente revogadas em agosto de 2020 pela Resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2021. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
 - (b) CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
 - (c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
 - (d) CPC 03 – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020;
 - (e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
 - (f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
 - (g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
 - (h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
 - (i) CPC 24 – Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
 - (j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
 - (k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
 - (l) CPC 33 – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
 - (m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020;
 - (n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.
- Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

f) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

g) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento. De acordo com a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substancialmente, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

j) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

k) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentadas nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises da Administração.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados nos anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e das despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

o) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2020.

p) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
- II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Disponibilidades.....	227	3.912
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	857.900	281.522
Total	858.127	285.434

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2020		2019	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	400.899	400.899	120.519	120.519
Operações compromissadas.....	457.001	457.001	161.003	161.003
Total	857.900	857.900	281.522	281.522

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 20.267 (R\$ 23.482 em 2019).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2020	2019
Circulante		
Repasses no país - BNDES FINAME.....	1.780.783	1.640.913
Empréstimos e financiamentos.....	1.564.139	3.212.475
Arrendamento mercantil.....	2.008	2.176
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(147.779)	(173.784)
Provisão para perdas em arrendamento mercantil.....	(10)	(78)
Subtotal	3.199.141	4.681.702

Realizável a longo prazo

Repasses no país - BNDES FINAME.....	4.611.395	4.329.103
Empréstimos e financiamentos.....	1.646.873	800.728
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(196.592)	(141.196)
Subtotal	6.061.676	4.988.635
Total	9.260.817	9.670.337

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 983.365 e receitas com operações de recebíveis com a montadora no montante de R\$ 11.819 (R\$ 897.581 e R\$ 11.226 respectivamente em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 6.446 (R\$ 15.478 em 2019) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 6.171 (R\$ 14.131 em 2020). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 10 (R\$ 78 em 2019).


BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honradas, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2020	2019
SETOR PRIVADO		
Rural	6.142.190	5.438.287
Indústria	196.270	98.204
Comércio	1.869.390	1.978.436
Serviços	2.993.219	2.563.180
Pessoa física	5.285	24.014
Total da carteira	11.206.354	10.102.121
	2020	2019
CIRCULANTE		
Operações de crédito (6.a)	3.344.922	4.853.388
Valor presente das operações de arrendamento mercantil (6.a)	2.008	2.176
Devedores por compra de valores e bens (a)	1.593.140	116.521
Créditos por avais e fianças honradas	-	189
Subtotal	4.940.070	4.972.274
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito (6.a)	6.258.268	5.129.831
Devedores por compra de valores e bens (7.a)	8.016	16
Subtotal	6.266.284	5.129.847
Total da carteira	11.206.354	10.102.121

(a) Em 1º de dezembro de 2020, o Banco passou a comprar créditos de recebíveis de concessionários junto à CNH Industrial Brasil Ltda.

e) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º semestre de 2020		Exercício de 2020		Exercício de 2019	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	-	354.519	-	317.569	134	411.226
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	-	53.968	-	142.796	(134)	201.151
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(37.078)	-	(88.956)	-	(294.808)
Saldo final	-	371.409	-	371.409	-	317.569

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 57.559 (R\$ 50.701 em 2019) e os créditos renegociados somaram R\$ 330.556 (R\$ 54.041 em 2019).

f) Concentração de risco de crédito

Maiores devedores	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	746.045	7%	895.270	9%
20 seguintes maiores devedores	855.138	8%	975.885	10%
50 seguintes maiores devedores	991.745	9%	1.091.735	11%
100 seguintes maiores devedores	894.050	8%	831.534	8%
200 seguintes maiores devedores	849.448	8%	721.975	7%
500 seguintes maiores devedores	1.043.069	9%	854.620	8%
Acima dos 500 maiores devedores	5.826.859	51%	4.731.102	47%
Total	11.206.354	100%	10.102.121	100%

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Outros ativos e passivos financeiros

	2020	2019
Outros ativos financeiros – circulante		
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18)	5.912	4.076
Imposto a compensar	33.361	37.549
Participações pagas antecipadamente	1.807	1.786
Outros	8.187	8.640
Total	49.267	52.051
Outros ativos financeiros – não circulante		
Devedores de depósito em garantia	11.636	7.254
Outros investimentos	921	891
Total	12.557	8.145
Outros passivos financeiros – circulante		
Sociais e estatutárias	7.869	9.778
Provisão para pagamentos a efetuar	7.717	4.169
Despesas de pessoal	7.109	5.760
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1	184
Outras despesas administrativas	2.152	3.604
Total	24.848	23.495
Outros passivos financeiros – não circulante		
Valores a pagar – sociedades ligadas	1.355	1.355
Total	1.355	1.355

b) Obrigações fiscais e diferidas

	2020	2019
Obrigações fiscais - circulante		
Impostos e contribuições a recolher	4.339	42.708
Total	4.339	42.708
Obrigações fiscais - não circulante		
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13.b)	4.502	7.569
Total	4.502	7.569

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

8. INTANGÍVEL

	2020	2019
Intangível	6.162	6.319
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(2.182)	(1.956)
Total	3.980	4.363
Movimentação do intangível		
	2020	2019
Saldo inicial	6.319	5.185
Adição / (Baixa) do período	(157)	1.134
Saldo final	6.162	6.319
Movimentação da amortização		
	2020	2019
Saldo inicial	(1.956)	(1.841)
Amortização (líquida de reversão) do período	(226)	(115)
Saldo final	(2.182)	(1.956)

c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco:

Nível de risco	2020				2019			
	Em curso normal	Vencidos	Total	Total	Em curso normal	Vencidos	Total	Total
Operações								
Provisões								
AA	1.233.502	-	1.233.502	-	1.165.625	-	1.165.625	-
A	4.186.497	20.932	4.186.497	20.932	3.776.815	18.884	3.795.700	18.884
B	2.978.666	29.787	2.978.666	29.787	2.639.256	26.392	2.665.648	26.392
C	1.611.745	48.352	1.611.745	48.352	1.562.750	46.883	1.609.633	46.883
D	791.553	79.155	791.553	79.155	671.156	67.115	738.271	67.115
E	112.253	33.676	112.253	33.676	169.005	50.701	219.706	50.701
F	5.755	2.878	5.755	2.878	15.816	7.908	23.724	7.908
G	20.936	14.655	20.936	14.655	6.707	4.695	27.608	4.695
H	53.655	53.655	53.655	53.655	94.991	94.991	188.982	94.991
Total	10.994.562	283.090	11.277.652	371.409	10.102.121	317.569	10.419.690	317.569

d) Provisão para garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui provisão no montante de R\$ 27.028 (R\$ 2.511 em dezembro de 2019), registrada no ativo na conta "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito outros ativos" referente aos Títulos e créditos a receber de R\$ 1.601.156 (R\$ 116.521 em dezembro 2019).

9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO

Título	2020				2019	
	Circulante		Não circulante		Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	Total
CDI	-	-	-	-	-	971.493
CDB*	33.635	1.417.381	136.884	414.173	2.002.073	655.415
DPGE	-	3.533	755.491	-	759.044	-
Total	33.635	1.420.934	892.375	414.173	2.761.117	1.626.908

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 99,93% do CDI (98,14% em 2019).

(*) Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 105.216 (R\$ 111.055 em 2019).

10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS

Título	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
LCA	145.581	-	145.581	92.378
LF	843.038	47.800	890.838	881.515
LCI	14.833	-	14.833	319.842
Total	1.003.452	47.800	1.051.252	1.293.735

A taxa média verificada para as operações de letras financeiras, letras de créditos imobiliários e do agronegócio no ano foi de 103,26% do CDI (95,42% em 2019).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 1.754.035 e R\$ 4.687.009 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 1.592.260 e R\$ 4.350.362 em dezembro de 2019) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2028 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 336.044 (R\$ 294.818 em 2019).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 193.816 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 205.608 em dezembro de 2019), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	254.508	184.607
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% (20% a partir de mar/2020), respectivamente	(112.556)	(73.843)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	17.832	64.454
Efeito de outras adições / exclusões do exercício	(1.979)	(773)
Destinação para incentivos fiscais	968	2.167
Variação do diferido	2.737	31.815
Efeito de juros sobre o capital próprio	16.993	31.683
Outros ajustes	(887)	(438)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(94.724)	(9.389)

A variação do diferido refere-se à nova alíquota da CSLL que entrou em vigor a partir de 1º de março de 2020 voltando a 20%.

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2020	2019
Provisão para perdas com créditos (a)	210.233	284.556
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.060	1.060
Provisão para contingências	3.867	3.943
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.828	2.785
COFINS Lei nº 9.718	9.647	9.440
Outros	25.801	17.722
Total do crédito tributário	253.436	319.506
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(4.502)	(7.569)
Subtotal	(4.502)	(7.569)
Créditos tributários - líquidos	248.934	311.937

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 167.134 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 43.099.


BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2020, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2020	2019
2020.....	-	62.013
2021.....	72.107	71.454
2022.....	48.529	62.013
2023.....	48.416	62.013
2024.....	43.311	62.013
2025.....	41.073	-
Total	253.436	319.506

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 240.175 (R\$ 280.881 em dezembro de 2019).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 972.549.485 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 966.019.787 ações pertencentes à New Holland Limited com sede na Holanda, e 6.529.698 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 32.098 (emissão de 32.098.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 159.784 com utilização do lucro líquido do exercício. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 7.989 e pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 37.762 (R\$ 32.098 líquido do imposto de renda na fonte).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 27 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos no montante bruto de R\$ 155.000, oriundos de Lucros registrado na rubrica "reservas especiais de lucros".

Em 26 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 79.209 (R\$ 67.327 líquido do imposto de renda na fonte).

Em 28 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 37.762 (R\$ 32.098 líquido do imposto de renda na fonte).

O resultado Básico e Diluído das ações ordinárias nominativas, foi no montante de R\$ 159.784 para o exercício de 2020.

Lucro Básico e Diluído por ação:

Descrição	2020	2019
Número de ações.....	972.549.485	940.451.054
Lucro básico e diluído por ações (em R\$ mil).....	0,16	0,19
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil).....	164,29	186,31

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	Exercício	
	de 2020	2020	2019
Despesas de serviços técnicos especializados (a).....	(6.924)	(13.956)	(21.720)
Despesas de serviços de terceiros (b).....	(5.552)	(9.801)	(6.268)
Despesas de processamento de dados.....	(3.064)	(5.415)	(3.768)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais.....	(2.441)	(4.486)	(5.715)
Despesas de viagens e transportes.....	(129)	(793)	(2.757)
Despesas de promoções e publicidade (c).....	(10.113)	(15.620)	(13.043)
Despesa de serviço do sistema financeiro.....	(4.454)	(8.133)	(7.223)
Despesas de amortização e depreciação.....	(1.087)	(2.080)	(2.027)
Despesas de comunicações.....	(241)	(272)	(203)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(1.955)	(4.139)	(3.822)
Outras despesas administrativas.....	(4.814)	(6.925)	(6.342)
Total	(40.774)	(71.620)	(72.888)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 7.625 (R\$ 16.384 em 2019) e serviços de análise de crédito R\$ 4.890 (R\$ 3.234 em 2019).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 4.607 (R\$ 1.569 em 2019) e serviços de remarketing R\$ 5.194 (R\$ 4.699 em 2019) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 14.924 (R\$ 12.224 em 2019) e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 696 (R\$ 819 em 2019).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre	Exercício	
	de 2020	2020	2019
Outras rendas operacionais (a).....	5.257	10.624	7.326
Recuperação de encargos e despesas.....	70	1.080	6.118
Total	5.327	11.704	13.444

(a) Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre	Exercício	
	de 2020	2020	2019
Despesas de fianças bancárias (a).....	11	(68)	(397)
Despesas com provisão para contingências (b).....	(2.017)	(3.323)	(4.858)
Despesas de vistorias de bens financiados.....	(139)	(331)	(393)
Outras despesas operacionais.....	(177)	(570)	(1.868)
Total	(2.322)	(4.292)	(7.516)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidora das operações com o BNDES.

(b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º semestre 2020		Exercício 2020		Exercício 2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(114.316)	(1.013)	(114.316)	(5.478)	(161.513)	(12.462)
FCA - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	(13)
FCA - Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-
CNH Industrial Brasil Ltda.	(102.978)	(928)	(102.978)	(5.325)	(157.871)	(11.548)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(11.330)	(85)	(11.330)	(152)	(3.634)	(902)
Demais empresas.....	(8)	-	(8)	(1)	(8)	1
CNH Industrial NV.....	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	(35)	(50)	(35)	(1.116)	(18)	(1.735)
FCA - Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda.	-	5	-	(997)	-	(1.656)
FCA - Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(35)	(55)	(35)	(119)	(18)	(79)
Outros créditos e obrigações	5.912	1.092	5.912	17.572	4.076	14.485
CNH Industrial NV.....	-	(1)	-	(68)	-	(337)
CNH Industrial Brasil Ltda.	5.912	1.093	5.912	17.640	4.076	14.822

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizam no exercício R\$ 3.764 (R\$ 5.005 em 2019). A Instituição não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

20. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 21.843 (R\$ 21.364 em dezembro de 2019), na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 7.951 (R\$ 8.393 em dezembro de 2019) e "Provisões contingenciais - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 8.593 (R\$ 8.763 em dezembro de 2019).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 21.439 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano-calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.593 (R\$ 8.763 em dezembro de 2019) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 7.951 (R\$ 8.393 em dezembro de 2019) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2019.....	21.364	8.763	8.393	38.520
Constituição / Reversão.....	479	530	1.961	2.970
Baixas por pagamento.....	-	(700)	(2.403)	(3.103)
Saldo final em 31/12/2020.....	21.843	8.593	7.951	38.387

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

(a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

(b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

(c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2020			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	1.974.000	(51.764)	(96.298)	(44.534)
Total	1.974.000	(51.764)	(96.298)	(44.534)

	2019			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	814.000	(16.135)	(44.065)	(27.930)
Total	814.000	(16.135)	(44.065)	(27.930)

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2020.....	(22.781)	(73.517)	-	(96.298)
31/12/2019.....	(13.672)	(27.945)	(2.448)	(44.065)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor notional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor notional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gaps" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.


BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários
A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2020	2019
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	(44.534)	(27.930)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	20.041	12.522
Ajuste de avaliação patrimonial	(24.493)	(15.408)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2020

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	1.974.000	2.027.084
Total	1.974.000	2.027.084
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	1.974.000	2.123.382
Total	1.974.000	2.123.382
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		(96.298)
Valor de mercado		(96.298)

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificação	31/12/2020				Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva		Valor de mercado		
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap - DI-PRE	2.027.085	2.078.849	2.027.084	2.123.382	(96.298)
Item objeto de hedge					
CDB / LCI	1.840.378		1.840.378		
Especificação					
31/12/2019					
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ajuste a valor de mercado
Swap - DI-PRE	849.834	865.969	849.834	893.899	(44.065)
Item objeto de hedge					
CDB / LCI	864.770		864.770		

22. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2020				Diferença
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	858.127	-	858.127	-	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9.605.198	-	-	9.887.099	(281.901)
Títulos e créditos a receber	1.601.156	-	-	1.601.156	-
Outros ativos financeiros	86.266	-	86.266	-	-
Total	12.150.747	-	944.393	11.488.255	(281.901)
PASSIVOS					
Depósitos a prazo	2.761.117	-	2.770.215	-	(9.098)
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	-
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	14.833	-	14.908	-	(75)
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	145.581	-	145.581	-	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	890.838	-	894.078	-	(3.240)
Repasse do país - instituições oficiais	6.441.044	-	6.111.779	-	329.265
Instrumentos financeiros derivativos	96.298	96.298	-	-	-
Outros passivos financeiros	54.985	-	54.985	-	-
Total	10.404.696	96.298	9.991.546	-	316.852
31/12/2019					
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Diferença
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	285.434	-	285.434	-	-
Operações de crédito	9.985.396	-	-	9.849.301	136.095
Títulos e créditos a receber	116.537	-	-	116.399	138
Outros ativos financeiros	60.196	-	60.196	-	-
Total	10.447.563	-	345.630	9.965.700	136.233
PASSIVOS					
Depósitos financeiros	971.493	-	971.222	-	271
Depósitos a prazo	655.415	-	701.849	-	(46.434)
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	319.842	-	271.221	-	48.621
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	92.378	-	93.894	-	(1.516)
Obrigações por emissão de letras financeiras	881.515	-	884.627	-	(3.112)
Repasse do país - instituições oficiais	5.942.622	-	5.738.731	-	203.891
Instrumentos financeiros derivativos	44.065	44.065	-	-	-
Outros passivos financeiros	27.956	-	27.956	-	-
Total	8.935.286	44.065	8.689.500	-	201.721

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 03 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) **Operações de crédito e títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicada taxa de desconto composta por custo de captação e *spread*, conforme detalhado abaixo:
- Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Spread* da Operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.

Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixas futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.

- c) **Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.
- d) **Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.
- e) **Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no nível 3 na classificação da hierarquia do valor justo.
- f) **Obrigações por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.
- g) **Repasse do país - instituições oficiais** - os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.
- h) **Instrumentos financeiros derivativos**: têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade
Em 31 de dezembro de 2020
Cenário em alta

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Valorização		
				I	II	III
Operações de crédito	Índice IPCA	131.605	3,56	4.732	5.856	7.028
Depósitos a prazo	Índice DI	2.255.314	1,90	43.279	53.564	64.276
Obrigações por operações compromissadas	Índice DI	-	1,90	-	-	-
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	Índice DI	8.659	1,90	166	206	247
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	145.581	1,90	2.794	3.458	4.149
Obrigações por emissão de letras financeiras	Índice DI	749.286	1,90	14.379	17.796	21.355
Repasse do país - instituições oficiais	Índice IPCA	132.611	3,56	4.768	5.901	7.081
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	51.764	1,90	993	1.229	1.475
Efeito líquido				71.111	88.010	105.611

Cenário em baixa

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Deterioração		
				I	II	III
Operações de crédito	Índice IPCA	131.605	3,56	(4.732)	(5.856)	(7.028)
Depósitos a prazo	Índice DI	2.255.314	1,90	(43.279)	(53.564)	(64.276)
Obrigações por operações compromissadas	Índice DI	-	1,90	-	-	-
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	Índice DI	8.659	1,90	(166)	(206)	(247)
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	145.581	1,90	(2.794)	(3.458)	(4.149)
Obrigações por emissão de letras financeiras	Índice DI	749.286	1,90	(14.379)	(17.796)	(21.355)
Repasse do país - instituições oficiais	Índice IPCA	132.611	3,56	(4.768)	(5.901)	(7.081)
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	51.764	1,90	(993)	(1.229)	(1.475)
Efeito líquido				(71.111)	(88.010)	(105.611)

Em 31 de dezembro de 2019

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Valorização		
				I	II	III
Operações de crédito	Índice IPCA	162.434	3,17	5.201	6.436	7.724
Depósitos a prazo	Índice DI	1.910.953	4,40	84.923	105.102	126.123
Obrigações por operações compromissadas	Índice DI	262.753	4,40	11.677	14.451	17.342
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	Índice DI	71.504	4,40	3.178	3.933	4.719
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	358.896	4,40	15.949	19.739	23.687
Obrigações por emissão de letras financeiras	Índice DI	757.809	4,40	33.677	41.680	50.015
Repasse do país - instituições oficiais	Índice IPCA	161.682	3,17	5.177	6.407	7.688
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	16.135	4,40	717	887	1.065
Efeito líquido				160.499	198.635	238.363

Cenário em baixa

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Deterioração		
				I	II	III
Operações de crédito	Índice IPCA	162.434	3,17	(5.201)	(6.436)	(7.724)
Depósitos a prazo	Índice DI	1.910.953	4,40	(84.923)	(105.102)	(126.123)
Obrigações por operações compromissadas	Índice DI	262.753	4,40	(11.677)	(14.451)	(17.342)
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	Índice DI	71.504	4,40	(3.178)	(3.933)	(4.719)
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	Índice DI	358.896	4,40	(15.949)	(19.739)	(23.687)
Obrigações por emissão de letras financeiras	Índice DI	757.809	4,40	(33.677)	(41.680)	(50.015)
Repasse do país - instituições oficiais	Índice IPCA	161.682	3,17	(5.177)	(6.407)	(7.688)
Instrumentos financeiros derivativos	Índice DI	16.135	4,40	(717)	(887)	(1.065)
Efeito líquido				(160.499)	(198.635)	(238.363)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2020, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice.

Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

- Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto-base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano.
- Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano.
- Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco CNH Industrial utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre indexadores e prazos de suas carteiras.

Os cenários demonstram a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela CETIP para os meses de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado pelo IBGE em dezembro de 2020 e dezembro 2019.

23. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	1º/01/2020 a 31/12/2020	1º/01/2019 a 31/12/2019
Resultado não Recorrente Regulatório		
Crédito Tributário majoração alíquota da CS (a)	1.530	32.666
Doações	2.519	7
a) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.		

24. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2020 é 12,36% (12,39% em 2019). A redução no índice de Basileia foi basicamente aumento no portfólio ponderado no exercício.



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

DIRETORIA

HEBERSON GOES
Presidente

FABIOLA TEMPONI
Diretora

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

MARCIO CONTRERAS
Diretor

ELOISE SILVA
Diretora

REGIANNE VASSAO
Diretora

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Presidente

VILMAR FISTAROL
Conselheiro

ELIAS MENDES
Conselheiro

HEBERSON GOES
Conselheiro

BIANCA BELOTTI
Conselheira

GERENTE DE CONTABILIDADE

JANE BRAZ
CRC PR-038616/O - CPF 673.966.079-49

COMITÊ DE AUDITORIA

FABIOLA TEMPONI
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

REGIANNE VASSAO
Membro

CONTADORA

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO SCHIONTEK
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2020 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 11.206.354 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 371.409 mil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco registrou receita com operações de crédito no montante de R\$ 983.365 mil e despesas com perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 142.796 mil.

Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constata a origem e o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob responsabilidade da administração do Banco, e apresentada pelo Banco de forma voluntária e suplementar às demonstrações financeiras, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6